

REPENSANDO O LUGAR NA GEOGRAFIA: ESPAÇOS-TEMPOS COTIDIANOS DE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOCIAIS¹

Amanda Regina GONÇALVES²

Resumo

Neste texto objetivamos introduzir os leitores ao estudo do *lugar*, discutindo-o face às transformações decorrentes do período histórico atual, contexto no qual serve como elemento-chave de um sistema explicativo de espaços-tempos e suas interações. Para isto, destacamos ao longo do texto: a problemática da escala nos estudos geográficos; a convivência e uso dos conceitos de *lugar* e de *local*; a relação complementar e contraditória entre o local e o mundial; algumas contribuições da literatura Geográfica acerca da categoria de análise lugar e, enfim, a apresentação de um ensaio teórico de compreensão e alargamento do que entendemos pela idéia de lugar.

Palavras-chave: Lugar. Geografia. Espaços-tempos. Diversidade. Cotidiano.

Abstract

Rethinking the place in geography: everyday spaces-times of the knowledge and social practices

In this text we aimed at to introduce the readers to the study of *place*, discussing it in face of the current transformations of the contemporary historical period, context in which performs as idea-key of an explanatory system of spaces-times and their interactions. Therefore, we detached at along of the text: the scale role in the geographical studies; the acquaintanceship and the use of place and local concepts; the complementary and contradictory relationship between the place and the world-wide; some contributions of the Geographical literature concerning the place category; and the presentation of a theoretical rehearsal of understanding and enlargement of what idea we make about place.

Key words: Place. Geography. Space-time. Diversity. Everyday.

¹ Este trabalho resulta de reflexões iniciadas na tese de doutoramento, intitulada "Os espaços-tempos cotidianos na Geografia Escolar: do currículo oficial e do currículo praticado", desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Campus de Rio Claro-SP, sob orientação da Profa. Dra. Rosângela Doin de Almeida.

² Doutora em Geografia, Professora Substituta do Curso de Geografia, Departamento de Educação, UNESP, Campus de Rio Claro-SP. E-mail: amandarg@rc.unesp.br - Rua 14-A, 57 - Bela Vista -Cep. 13506-744 - Rio Claro-SP.

INTRODUÇÃO

O período atual é marcado por novas formas de experimentação do tempo e do espaço, transformando os processos econômicos, sociais, políticos e culturais. Um período em que a ciência, a técnica e a informação em suas diferentes relações permeiam os aspectos da vida social no mundo, permitindo revelar um novo tempo e um novo arranjo espacial, onde a globalização - enquanto ápice do processo de internacionalização do capital - se apresenta como um processo que reproduz tais dinâmicas de atuação da sociedade (SANTOS, 1997).

É este atual período de complexidades e contrariedades que também permite reestruturações dos tradicionais sistemas de produção e de valores, de representações materiais e simbólicas, organizando um novo modelo de desenvolvimento, provocando inúmeras transformações na sociedade e no espaço.

A Geografia é uma ciência que tem como objeto de estudo o espaço, o qual nos permite a compreensão do mundo por materializar as contradições, as desigualdades, os movimentos, os diferentes usos do território no tempo.

Para fazer uma reflexão sobre as mudanças do mundo, a partir de uma leitura geográfica do espaço, faz-se necessário um arcabouço teórico que fundamente a análise. Para isso, categorias analíticas geográficas (como, por exemplo, território, região, lugar e paisagem) são utilizadas como meios para entender seu objeto de estudo; entre elas está o *lugar*. Portanto, por excelência, o lugar é um meio para se entender o espaço geográfico.

Sendo assim, o intuito principal deste artigo é introduzir os leitores ao estudo da idéia de *lugar*, discutindo-o face às transformações decorrentes do período histórico atual, contexto no qual serve como elemento-chave de um sistema explicativo. Para isto, destacamos ao longo do texto: a problemática da escala nos estudos geográficos; a convivência e uso dos conceitos de *lugar* e de *local*; a relação complementar e contraditória entre o local e o mundial; as contribuições da literatura Geográfica acerca da categoria de análise lugar e, enfim, a apresentação de um ensaio teórico de compreensão e alargamento do que entendemos pela idéia de lugar.

O LUGAR: POTENCIALIDADE GEOGRÁFICA NO PERÍODO ATUAL

O *lugar*, mais que um conceito, é considerado dentro da ciência geográfica uma categoria analítica sustentada por todo um campo de teorizações e investigações que a julgam imprescindível dentro um arcabouço teórico e metodológico para entendimento do espaço.

Como esclarece Maria Laura Silveira (2003, p. 410), as **categorias** são "generalizações capazes de atravessar os períodos", enquanto que os **conceitos** são "a somatória da categoria e a história do presente", envelhecendo, portanto, mais rapidamente que aquelas. Para acompanhar as transformações na ciência, tais renovações exigem um constante repensar, uma reelaboração de seus aparatos teóricos; resultado da trajetória do pensamento que vai do concreto ao abstrato e, para que isto seja possível torna-se necessário um largo e cuidadoso caminho da assimilação prática do mundo.

Sendo assim, se a cada momento mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo, para que a *categoria lugar* esteja dotada de coerência, operacionalidade e atualidade, é preciso reavaliar o *conceito de lugar* historicamente formulado pela Geografia, apreender o Presente e (re)apreender o conceito sob esta ótica.

Coloca-se como relevante nesta reavaliação indagarmos como pensar o *lugar* no atual processo de globalização, visto que a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central, conforme assinalado por diversos geógrafos.

Antes de lançar mão das contribuições literárias sobre a categoria, uma discussão como a qual frequentemente nos deparamos quando nos dispomos a estudar o *lugar* refere-se à questão da **escala**. Preocupados com os usos dos termos *lugar*, *local* e *localidade*, o que geralmente causa dúvidas quanto às suas definições e empregos, nos lançamos a distinguir a escala cartográfica da geográfica. Sobre a noção de escala em cartografia, Janine Le Sann (1984, p. 56-66), diz que “a escala é uma fração que representa a relação entre uma distância no mapa e a distância equivalente no terreno” e que o “domínio deste conceito depende de um treinamento que deveria ser repetido sistematicamente a cada leitura de mapa”.

Como recurso matemático fundamental da cartografia e sua representação em mapas, maquetes, croquis e desenhos, acreditamos ser a escala um instrumento que facilita a vida cotidiana porque ajuda a percepção das distâncias, no entanto, a solução cartográfica está longe de esgotar as possibilidades do conceito. Segundo Iná Elias de Castro (2001, p. 129), “a prática de selecionar partes do real é tão banalizada que oculta a complexidade conceitual que esta mesma prática apresenta”, o que vem fazendo com que o problema de escala ganhe novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do espaço.

Assim, a autora traz contribuições ao campo dos estudos geográficos ao entender a escala como uma estratégia de apreensão da realidade como representação. Ao considerar como objeto de trabalho do geógrafo “o fenômeno e o recorte espacial”, ou seja, a articulação de fenômenos em diferentes escalas e os fatos sociais relacionais, Iná Castro (2001, p. 138) afirma que: “a escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas”.

Estudos fenomenológicos apontam que por se constituir um centro de significados espaciais ou intersubjetivos, o lugar não possui escala definida, já que a experiência constitui os lugares em diversas escalas. Werther Holzer destaca que esta posição é defendida, por exemplo, com os seguintes argumentos:

O lugar pode se referir a uma variedade de escalas, em cada uma delas, em termos experienciais, há um limite característico com estrutura interna e identidade, no qual o local (*insiderness*) se distingue do estrangeiro (*outsiderness*) [...]. Nós, portanto, habitamos em uma hierarquia de lugares (POCOCK, 1981 *apud* HOLZER, 1999, p. 74).

Quanto à escala geográfica, Milton Santos (1997) fornece importantes bases metodológicas para compreensão da noção de escala na geografia, ainda que aprimoradas aos estudos das relações de produção espaciais.

Fundamentado na idéia de que “qualidade e quantidade são categorias do extenso ou do espaço porque o extenso é o espaço”, o autor introduz a afirmativa de que, do ponto de vista analítico, “região e lugar são a mesma coisa”, cuja escala é dada por “uma área onde se realiza o ‘acontecer solidário’”. Para ele, isso tem a ver com o tempo, o que contribui para uma definição de escala que “deixa de ser uma categoria geométrica e transforma-se numa categoria geográfica”, se considerada como “resultado deste acontecer solidário que estabelece o limite do exercício dessa solidariedade” (SANTOS, 2003, p. 61).

Sobre a relação espaço-tempo que passamos a evidenciar como inerente à questão do lugar, Santos (1999, p. 61-62) expõe que a escala geográfica é uma noção intrínseca ao tempo, por que a escala “será outra coisa em outro tempo concreto e empírico”. O tempo “se define pelas coisas, pelo modo como fazemos, pelas possibilidades de fazer que nos são abertas”. Ele deixa de ser tratado de forma abstrata “quando o empirizamos através da

ação no mundo e a ação envolve sempre uma extensão"; isso faz com o que interessa ao geógrafo é descobrir a solidariedade do acontecer e a área deste acontecimento social.

Quando se refere à noção escalar relacionada ao cotidiano, Milton Santos (1999, p. 17) propõe que a idéia do "acontecer solidário" permitiria uma "análise dinâmica dos fatos sociogeográficos" e a reconstrução de um território a partir de mosaicos, havendo algo que levaria à realização concreta, à produção histórica e geográfica de eventos solidários: "é isso que dá o limite da área. Quer dizer, a idéia de escala (já que é também uma idéia de limite) ganharia em dinamismo a partir dessa noção de "acontecer solidário".

Esta rede de discussões sobre a escala nos remete a uma outra tensão analítica e política entre as noções de **lugar** e **local**. São nos lugares, cujos limites desobedecem à escala da ação, que as práticas banais do cidadão comum anulam, refratam ou produzem os futuros neles contidos – "não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência" que pode ser levada a movimentos mais amplos e escalas mais altas (SANTOS, 1997). São locais, os apontamentos de referências de desejos ou efetivações dos pensamentos e ações; são as intenções ou ações cuidadosamente referenciadas.

Ana Clara Torres Ribeiro (2004, p. 44), apresenta uma elucidativa incursão sobre a tensão entre *local* e *lugar*:

O local pode ser lido como o nicho ou o alvo de ações desenhadas noutras escalas. Já o lugar abriga, além de consequências destas ações, enigmas, carências e projetos do existir. Não se trataria, realmente, de propor uma oposição absoluta entre estas idéias-conceitos, mas de indicar que *local* e *lugar* correspondem a sensibilidades analíticas e políticas distintas. O local traz referências à heteronomia, enquanto o lugar é portador de anseios de autonomia. Complementam-se, portanto.

Sendo assim, entendemos que tomado isoladamente, um espaço determinado é um "local passivo". Somado ao valor social que a ele é atribuído, transforma-se em lugar, presente no processo ativo da dinâmica social. Se o local é como um dado num sistema euclidiano de coordenadas, geralmente descrito quanto às suas características fisiológicas e índices sócio-econômicos interessantes ou não à agentes externos a ele, o lugar não existe à priori, como um dado da natureza. Ele só existe em relação à sociedade. As representações de mundo de uma sociedade vão sendo construídas na produção de tudo que lhes confere materialidade e sentido que, reunidos no tempo e no espaço, transformam o local em lugar.

Estes esclarecimentos ajudam na realização de recortes analíticos viabilizados pelos usos do lugar e do local como referenciais. A partir disto nos dedicaremos, a seguir, a uma breve apresentação do desenvolvimento epistemológico sobre *lugar* através mais de um esboço de algumas linhas de argumentação do que de um tratamento exaustivo do tema.

Sem pretender definir ou estabelecer uma conclusão fechada a respeito do que venha a ser o *lugar* na Geografia hoje, visamos valorizar seu conteúdo explicativo, recorrendo a alguns autores, especialmente da comunidade geográfica brasileira, que se preocupam, em diferentes contextos, com a questão do *lugar*. Buscamos com isso viabilizar um embasamento teórico sobre a relevância dessa categoria na variedade de acepções que possui na Geografia.

O 'LUGAR' EM QUESTÃO NA LITERATURA GEOGRÁFICA ACADÊMICA

Uma das mais antigas definições de lugar foi apresentada por Aristóteles. Na obra intitulada "Física", o lugar aparece como o limite que circunda o corpo. Mais tarde, René

Descartes afirma que além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos (LEITE, 1998, p. 9).

Na Geografia clássica, do início do século XX, quando o estudo e a confecção de mapas eram um dos principais fundamentos da disciplina, o estudo dos *lugares*, em seu sentido eminentemente locacional, era mesmo utilizado para definir os objetivos da Geografia enquanto ciência. Discorrendo sobre as características próprias da Geografia, Vidal de La Blache, em 1913, afirma: “a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” (LA BLACHE, 1982, p. 47); perdurando a definição de lugar como “área” por cerca de cinquenta anos nas produções geográficas.

Sobre a evolução da noção de lugar na ciência geográfica, Ana Fani Carlos (1996, p. 31) afirma que “o lugar enquanto noção geográfica transforma-se e ganha hoje novos enfoques, pois o lugar ganhou conteúdo diverso”.

Atualmente, as discussões teórico-metodológicas sobre *lugar* nas ciências ocorrem em diferentes perspectivas, destacaremos aqui as correntes humanista, crítica e pós-crítica, tendo em comum o objetivo de ultrapassar a idéia do *lugar* como simples localização espacial absoluta. A seguir, apresentamos três subtítulos nos quais ressaltamos produções humanistas e críticas sobre *lugar*, predominantes na produção da literatura geográfica brasileira.

Espaço vivido: o lugar nas subjetividades e sentimentos

Compreender algumas questões acerca do lugar na Geografia Humanista demanda considerarmos que, como esclarece Holzer (1999, p. 68), após 50 anos de o *lugar* fazer parte da disciplina, ou ainda, desde sua origem, as produções de Carl Ortwin Sauer (1983, p. 321) surgem diferenciando-se dos caminhos positivistas, vinculando o estudo da Geografia ao conceito de “paisagem cultural”, incorporando a subjetividade que estava implícita à concepção de lugar: “os fatos da Geografia são os fatos do lugar; sua associação origina o conceito de paisagem”.

Num diálogo com a obra de Sauer, o geógrafo canadense Lukermann, em 1964 (*apud* HOLZER, 1999, p. 69), discorre sobre as propriedades locais do lugar e reafirma ser a Geografia a ciência dos lugares, cujo conceito primordial seria o de “localização (*location*), definido como a relação entre o arranjo interno de traços, ou o sítio (*site*) com o seu entorno (*environs*)”, mais que um inventário, esta relação se referia ao modo de ver o mundo, aos padrões objetivos, às crenças, aos significados subjetivos dos lugares. Firma-se, portanto, nesta acepção, o estudo do lugar como “matéria prima da Geografia”, que vê a consciência do lugar como uma parte imediatamente aparente da realidade e o seu conhecimento como “um simples fato da experiência”.

Observa-se que a fenomenologia vê cada pessoa como tendo um lugar natural considerado como o ponto inicial de seu sistema de referências pessoais, o que assemelha-se às definições colocadas por Yi-Fu Tuan:

Todos os lugares são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (*fields of care*), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação (TUAN, 1983, p. 421).

Para este autor, o *lugar* é o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço vivido, do experienciado. “A Geografia Humanística procura o entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento

geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar" (TUAN, 1983, p. 143). Para este autor, a geografia estuda os lugares sob duas óticas: a do lugar como localização e a do lugar como um artefato único, sendo que escolhera a segunda perspectiva: "O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado" (TUAN, 1983, p. 387).

Nesta vertente, outro modo de estabelecer uma distinção foi o de explorar as possíveis relações existentes entre o espaço e o lugar, como fez Relph, ao apontar que: "o espaço é amorfo e inatingível e não uma identidade que possa ser diretamente descrita e analisada". Contudo, "ele está sempre próximo e associado ao sentido ou conceito de lugar". A essência do lugar é a de "ser o centro das ações e das intenções, onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência" (RELPH, 1976 *apud* HOLZER, 1999, 71).

Assim, uma das contribuições desta corrente que destacamos aqui está em ter ultrapassado a objetividade dos estudos geográficos, que vinha sofrendo um reducionismo por meio das análises dos avanços das técnicas e transformações dos territórios, da economia, da política; mas ainda há que expor sua restrita abordagem, em seu nascimento, que ressalta as manifestações das subjetividades e sentimentos, em detrimento de uma necessária conexão destas com fatores estruturais mais globais, uma vez que não basta olhar o mundo somente através dos sentidos, pois há ações distanciadas que determinam a natureza do lugar.

Uma importante abertura epistemológica proporcionada por estas acepções, que no Brasil têm destaque nas produções de Roberto Lobato Corrêa, está em ter trazido à discussão geográfica a explicação cultural dos fenômenos, cuja pertinência do estudo do lugar está ligada à noção de identidade. Um movimento em que, segundo Le Bossé (2004, p. 158), os geógrafos se interessam particularmente pela "identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas", observam como as pessoas percebem e constroem identidades em suas representações e interpretações dos lugares e das relações espaciais.

O lugar como base de reprodução da vida

O lugar também faz parte do repertório analítico das correntes fundadas nos discursos da chamada Geografia Crítica, que dispensam maior ênfase ao estudo do *lugar* no contexto do processo de globalização.

Alguns dos caminhos desenvolvidos numa destas vertentes são aqueles relacionados aos estudos temáticos, notadamente os dedicados ao conhecimento das cidades, que tiveram grande contribuição de autores não-geógrafos, como por exemplo, do filósofo francês Henri Lefebvre. Neste sentido, geógrafos passam a entender o espaço a partir de uma articulação entre o local e o mundial, produto e condição para a reprodução das relações sociais; propondo "incorporar ao espaço a crítica da vida cotidiana, que põe o acento na reprodução das relações sociais" (DAMIANI, 2005, p. 161).

Entendendo que a globalização materializa-se concretamente no lugar, o lugar é visto como o espaço que se vive e se realiza o cotidiano bem como espaço em que o mundial se concretiza. Nesta direção, alguns geógrafos vão buscar suas orientações gerais. Uma referência no Brasil seria Ana Fani A. Carlos, que a partir de análises espaciais busca-se entender as transformações que a sociedade vivencia e que são passíveis de serem entendidas no e pelo lugar.

Também o cotidiano se torna, como coloca Amélia Damiani (2005, p. 161), um "*nível de análise do real*", já que a reprodução do capital e da sociedade coloca em questão as relações sociais "fora da fábrica", bem como transcende e alcança outros mo-

mentos da vida social. Entendemos que uma das principais contribuições desta perspectiva consiste no entendimento de que ainda que se diga que lidar com o cotidiano é lidar com alienações, que fazem com que o afeto e o desejo se esmoreçam diante das necessidades e programações mediadas pelas novas tecnologias e *mass media*, mesmo assim, “nem tudo é programado, capturado, a cotidianidade, como resíduo, dá lugar ao informal, ao espontâneo”. E volta a insistir no aspecto crítico ou político do cotidiano, dizendo que:

a cotidianidade recoloca a questão da política no nível do *lugar*. Cinde as relações mais distantes, políticas, com as relações de vizinhança, não menos política, mas desatadas do nó direto com o Estado. Estabelecer uma relação entre lugar e cotidiano não deve diluir a idéia de que o cotidiano é a base do estatismo (DAMIANI, 2005, p. 164).

Para Ana Fani Carlos (1996, p. 26) o lugar é a “base da reprodução da vida”, podendo ser analisado pela tríade “habitante-identidade-lugar”, é um espaço apropriado através do corpo, dos sentidos, como o bairro, a praça, a rua que revelam-se no plano da vida e do indivíduo. Ela mostra que pensar o cotidiano é um caminho metodológico que se abre para estudar o lugar, pois novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar aparecem “no miúdo, no banal, no familiar”.

O lugar, no atual período, aparece como um “fragmento do espaço”. Os avanços técnicos, científicos e na informação, tornaram o espaço e o fluxo de informações contínuo, buscando diminuir o *tempo* dos percursos, continuando, no entanto, o *espaço* do percurso sendo um dado inquestionável.

Dadas às transformações decorrentes do período, cada vez mais os lugares se redefinem a partir de suas relações numa rede de lugares, o que ameaça o entendimento do lugar como identidade histórica, onde há estreita relação do homem com o local onde se processa a vida. Isto leva as autoras a propor que é preciso pensá-lo enquanto um espaço de “articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”.

Destacamos que seus estudos demonstram atenção ao “conteúdo social” do lugar, ao seu uso, a uma prática social vivida, que, só pode ser entendida, segundo Carlos (1996, p. 34), na “globalidade que se justifica pela divisão espacial do trabalho”, que cria uma hierarquia espacial e se configura em função das relações de interdependência com o todo; tal como a necessidade de repensar o papel regulador do Estado no mundo moderno, mediado pelo mercado, que reproduz e promove o aprofundamento da segregação espacial urbana³.

A natureza do processo de fragmentação do espaço é decorrência do que Henry Lefebvre chamou de “vitória do valor de troca sobre o valor de uso”, que também se estabelece em todos os níveis da vida do homem e das relações sociais que se processam no cotidiano. Produz-se neste processo, o que Ana Fani Carlos (1996, p. 63) aponta como “estranhamento do cidadão diante da cidade que se transforma com incrível rapidez, eliminando as referências do lugar que diz respeito, diretamente, à sua vida e onde se reconhece enquanto habitante de um lugar determinado”. Tal estranhamento seria consequência de uma “ausência de memória”, que produz dentro do homem um deserto, pois a memória – por ser construída a partir de um evento, de uma experiência vivida num determinado lugar – está vinculada à identidade e é a possibilidade do resgate do lugar, cuja constituição é coletiva e tem seu uso não só baseado no consumo, mas nas relações entre as pessoas.

³ Mediações pelo mercado que subjagam os lugares à chamada “guerra dos lugares”, pautada na capacidade destes de concentrar infra-estrutura e investimentos necessários ao processo de reprodução o que os diferencia na competitividade no espaço regional e mundial.

Entre os espaços privilegiados das formas de apropriação do lugar e da cidade, a rua emerge como o espaço em que se afloram as “contradições que permeiam a vida cotidiana”: os hábitos, costumes, que produzem singularidades espaciais, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pela estratégia do poder que subordina o social.

Portanto, nesta perspectiva o lugar é apresentado na sua relação dialética e contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que aparece como fragmento do espaço, se constituindo na sua relação com o mundial, que por um lado ameaça a estreita relação do homem com o local onde se processa a vida, também surge como base da reprodução da vida, que analisado pela tríade “habitante-identidade-lugar”, é um espaço apropriado através do corpo, dos sentidos - no bairro, na praça, na rua - que se revela no plano da vida e do indivíduo, ao qual deve-se incorporar a crítica da vida cotidiana.

As horizontalidades e verticalidades co-existindo no lugar

A busca de uma teoria que permitisse um entendimento do mundo contemporâneo que expressasse sua totalidade incidiu na obra de Milton Santos (1977), o qual acrescenta a relevância do papel do “espaço” junto às unidades de explicação do mundo então vigentes (“modo de produção” e “formação sócio-econômica”), através da “formação sócio-espacial” como teoria e como método. Com esta categoria traz ao debate a questão das “especificidades dos lugares”; ao entender que “os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada”. Seus trabalhos posteriores também propõem compreender o espaço como conjunto indissociável de objetos e de ações.

Ao ressaltar mundo e lugar, ele mostra que funcionam de modo unitário: o mundo como latência, conjunto de possibilidades, e o lugar como existência, conjunto de oportunidades. O lugar e suas virtualidades oferecem ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização: sua espacialização depende assim das virtualidades do lugar (SANTOS, 1997).

No entanto, embora considerado como parte constituinte de uma totalidade maior, de forma que o lugar não possa atualmente ser analisado ou compreendido de forma isolada do mundo, como também argumentado por Ana Fani Carlos, cada lugar é exponencialmente diferente dos demais, porque dotado de uma racionalidade particular, haja vista as palavras de Santos (1997, p. 252): “cada lugar é, a sua maneira, o mundo” que, em sua própria unidade, se diferencia e se articula para a manutenção das diferentes ações e dos diversos usos do espaço geográfico, dotando o território de especificidades materiais e históricas, conferindo assim a produção da diversidade do planeta.

Milton Santos (1997), buscando melhor compreensão dessas diferentes ações e usos do espaço geográfico, reporta-se a Jürgen Habermas, que o ajuda através do entendimento da oposição entre uma interação mediada pelas técnicas e sua racionalidade e uma interação mediada por símbolos e pela ação comunicacional, atribuindo àquela maior atenção.

Utiliza-se dos termos “horizontalidades” e “verticalidades” como recorte conceitual para entender como no lugar coexistem distintas lógicas que se realizam de modo peculiar em cada lugar e produzem um arranjo territorial em que se superpõe espaços de fluxos e espaços de contigüidade. Os “vetores verticais”, representados pela racionalidade e intenções dos agentes hegemônicos, tentam se impor sobre as horizontalidades que são criadas a partir das relações sociais estabelecidas num espaço compartilhado por todos, o espaço banal.

Os lugares são permeados de infraestruturas, que permitem a circulação da informação e os mais variados fluxos, possibilitando pela primeira vez na história que a noção “totalidade do mundo” possa ser experimentada, o que Santos (1997, p. 207) denomina de “universalidade empírica do planeta”. Infraestruturas que também permitem que o território seja transformado e adaptado para cada vez mais servir-se como um substrato e instrumen-

to para estas ações estratégicas de determinados agentes territoriais, que agora podem escolher e utilizar, de forma seletiva, diferentes e distantes lugares para a realização e otimização de suas ações e intenções particulares.

Essa adequação técnica do território é representada pela adição de sistemas de objetos que proporcionam uma maior fluidez, como as redes de transportes e os modernos sistemas de informação e telecomunicação que permitem um comando das ações nos diferentes pontos do espaço⁴.

Ocorre assim, um movimento que visa à crença na busca pela unificação dos mercados como a salvação para os lugares que se encontram à margem do sistema operado pelo processo de globalização neste capitalismo contemporâneo, que atinge todas as esferas da vida social. É a busca de um movimento uno por uma homogeneização ou igualização, ameaçando ordens territorialmente concebidas. O poder de transformação desses vetores se mostra então fortemente ativo na reestruturação dos territórios e do cotidiano dos lugares:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global (SANTOS, 1997, p. 268).

O lugar acolhe tanto estas racionalidades instrumentais típicas dos vetores da globalização, quanto as contra-racionalidades que nele se produz. A estes últimos Santos (1997, p. 269) chama de “horizontalidades”, ou seja, os usos e ações que estão calcados no território por um cotidiano compartilhado e que são a base para uma coesão social a serviço de interesses coletivos, que por vezes se configuram como resistência às ações hegemônicas.

As horizontalidades permitem a criação do que o autor chama de “solidariedade orgânica”, que se constitui em zonas de contigüidade, onde prevalecem integrações solidárias e “uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente construído” (SANTOS, 1997, p. 269). Isso corrobora a discussão sobre “escala”, contemplada no início do artigo, ao dizer que os limites das áreas são dados pelos “acontecimentos solidários”⁵, sejam eles a favor de lógicas hegemônicas ou das contra-racionalidades. De acordo com o autor, usos e ações embebidos de razão e emoção são possíveis graças à proximidade:

A aproximação que interessa ao geógrafo não se limita a uma mera definição das distâncias, ela tem a ver com a contigüidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não são apenas as relações econômicas que devem ser apreendidas numa análise da situação de vizinhança, mas a totalidade das relações (SANTOS, 1997, p. 255).

Buscando definir o espaço banal, Mônica Arroyo (2001, p. 58), diz ser “o espaço de *todos*”, enquanto que o lugar é visto como aquele que “permite a co-presença, a convivên-

⁴ É dessa forma que se instala o que Santos (1997, p. 225) chama de uma “solidariedade organizacional” entre os lugares, que passam a deter o controle da maioria das ações nos territórios. Comandos que podem advir de uma língua, uma cultura, uma técnica, um saber, uma racionalidade, uma ação.

⁵ A palavra “solidariedade” é entendida pelo autor como “realização compulsória de tarefas comuns de todos os que estão nessa área, uns comandando e outros obedecendo, mas todos num fazer comum” (SANTOS, 1999, p. 61). Assim, parece se referir aos acontecimentos solidários como eventos que unam o mundo ao lugar, o tempo e o espaço, a partir de relações tanto para fortalecimento de racionalidades mais justas, como para interesses corporativos, ambas mediadas pelos sistemas técnicos em seus distintos períodos.

cia, a contigüidade, a vizinhança, a interação, enfim, o estar juntos. Como lugar do acontecer solidário, homólogo ou complementar, o Lugar é o espaço banal da geografia”.

Pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, a experiência da escassez, a não disposição aos meios de acesso à modernidade material contemporânea⁶, é a base de uma adaptação criadora à realidade existente, possibilitando às contra-racionalidades um novo sentido, a busca por alternativas pelas múltiplas identidades e relações de cooperação e conflitos acolhidas pelo lugar; possíveis porque o lugar é, segundo Santos (1997, p. 258), “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”.

O lugar na sua relação com o mundo torna-se distinto dos demais, em vista do fato incondicional de quem dá significado ao lugar ter uma cultura pré-existente, modos de viver, de costumes, tradições e simbolismos construídos historicamente. Destas construções sócio-históricas, nem tudo é capturado ou programado, no lugar é dada a possibilidade de manifestação do informal, do espontâneo, das relações de proximidade e singularidade.

Assim, podemos dizer que as discussões em torno do lugar enfocadas nesta corrente de pensamento permeiam suas “racionalidades particulares”; o “acontecer solidário” que define sua escala; as “horizontalidades” e “verticalidades” que nele co-existem; a unidade mundo-lugar que torna o lugar constituinte de uma ‘totalidade’ maior. Também tomam centralidade nos últimos trabalhos do autor a incidência do “período popular da história” (SANTOS, 2000), correspondendo a um tipo de valorização do ‘cotidiano’, e da (re)emergência da ‘cultura popular’, a qual destacaremos a seguir como sendo uma de suas principais contribuições, uma vez que é tratada como uma categoria, ainda que vinculada, mas não dependente e, mais que isso, transcendente aos modos de produção capitalista – até então predominantes em suas teorizações.

LUGAR: ESPAÇOS-TEMPOS COTIDIANOS ONDE E SOBRE OS QUAIS TECEMOS CONHECIMENTOS E PRÁTICAS SOCIAIS

O panorama da constituição social do *lugar* no âmbito da produção acadêmica, realizado a partir de um breve levantamento de algumas perspectivas geográficas, especialmente brasileiras, permitiu constatar que na linguagem da investigação social aparecem variadas metáforas territoriais, resultando em importantes incursões políticas às idéias e ações dos sujeitos⁷.

Impulsionados pelas aberturas encontradas no panorama que traçamos⁸ sobre processos de conceitualização do *lugar* – tecidos em intensas discussões teóricas e em distin-

⁶ Santos (1997, p. 246) os situa: do ponto de vista social, se localizam entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; do ponto de vista econômico, entre as atividades tradicional ou recentemente marginalizadas; e, do ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas, tornadas irracionais pelos usos hegemônicos.

⁷ Sobressaem neste sentido, as “fetichizações do lugar” (FERRARA, 2002), por exemplo, quando a publicidade turística transforma a banalidade cotidiana dos lugares em valor comercial, em objeto de consumo, de modo que a paisagem e as particularidades locais passam despercebidas, são comprimidas ou mercadologicamente capturadas. Podemos dizer que as mesmas ações incidem sobre os lugares em casos de especulações imobiliárias, que geralmente envolvem pessoas ou grupos hegemônicos, muitas vezes com incentivos fiscais e soberania frente ao Estado.

⁸ Admitimos ser um panorama parcial, uma vez que limitado porque restrito a algumas acepções brasileiras e porque nossa aprendizagem do mundo é permanente, nunca concluída.

tos contextos – fomos conduzidos a reflexões, questionamentos e, conseqüentemente, a buscas de novos fios que contemplassem os nós implicados pelos discursos estudados. Fios que entendíamos que pudessem não se restringir às visões eminentemente psicologizantes do *lugar*, como as predominantes na perspectiva humanista da Geografia, que pode levar a perder a visibilidade totalizante e política do espaço, já que ele se enreda a outros tantos, que também incidem na constituição social do lugar, o que tem aparecido com relevância em alguns estudos da Geografia Cultural.

Ou ainda fios que considerem, mas não balizem a reprodução da vida nas relações de produção, de consumo, de trabalho. Ainda que demonstrem importantes combinações das relações entre trabalhadores, com as relações entre pessoas e suas memórias, a perspectiva crítica lefebvriana não deixa de privilegiar as relações sustentadas nos modos de produção capitalista; assim como também o faz, sob vieses distintos, os pesquisadores embasados nas produções de Milton Santos.

Se até aqui o intuito era que o estudo das correntes de pensamento proporcionasse um desenvolvimento teórico-epistemológico da Geografia, perpassando pelo repensar dos conceitos e teorias (caminhar relevante visto que as reproduções acadêmicas têm importantes implicações nos campos de atuação do geógrafo⁹), a preocupação a seguir passa ser o *alargamento* das *idéias* de *lugar*. Um alargamento que busque ultrapassar a preocupação de resguardar o lugar científico de conceitos¹⁰, entendendo-os como conhecimentos referenciados na prática social que, por permeiar todo nosso estar no mundo, não é posse dos submersos na tradição acadêmica.

No processo de *alargamento* das idéias de lugar nos deparamos com uma singularidade que se revela no acento do viés “cultural” e “cotidiano”, o que pode dar consistência ao que vem sendo chamado de “virada cultural” e à idéia de “redes de espaços-tempos”.

Estamos de acordo com Milton Santos (2000, p. 144) ao dizer, após profundas teorizações centradas na formação sócio-espacial dos territórios, que há no mundo contemporâneo uma convivência dos fenômenos de homogeneização cultural e da diversidade das formas culturais. Nesse convívio a cultura popular se faz capaz de rivalizar com a cultura de massas, mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas; exercendo, neste caso, “sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.

O inglês Stuart Hall (1997) e outros pesquisadores dos Estudos Culturais vêm explicando emergências da cultura, como estas encontradas nas constatações de Milton Santos, como uma verdadeira “virada cultural” que hoje estamos assistindo, em que a cultura assume uma posição central porque perpassa tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos dos lugares e dos acontecimentos¹¹.

A centralidade da cultura, tal como propõem os Estudos Culturais, questiona o imperativo de explicar e analisar os conflitos através de uma única contradição: a diferença de

⁹ Por exemplo, seu exercício nas mais distintas instituições, na elaboração de documentos oficiais e textos didáticos destinados à Geografia Escolar, nas práticas docentes dos licenciados em Geografia, por suas ressonâncias gerais, como na construção das representações sócio-espaciais do cidadão comum.

¹⁰ Buscar pensar o lugar e o cotidiano como conceitos, parece ser útil, acima de tudo, para garantir vida à “ciência”. Porém, o que buscamos é ultrapassar o que neste processo é preocupação em dar um lugar científico ao “dado” (já que todos são invenções sociais), para que se possa ser simplificado e transformado num objeto de estudo, estruturá-lo dentro de uma lógica de pensamento, defini-lo e torná-lo parte de uma teoria aplicável passível de ser reproduzida, fomentando uma produção que não é para mais ninguém senão para nós mesmos.

¹¹ Por alargamento dos conceitos, entendemos, dentro dos estudos culturais, como um processo de ampliação, tomando-os não como “conceitos universais, totalizantes de uma epistemologia monocultural”, mas buscando “romper certas lógicas cristalizadas e hibridizar concepções consagradas” (HALL, 2003).

classes. Isso impedia de pensar a pluralidade de matrizes culturais, a diversidade cultural. Assim, a flexibilização dessa lógica permitiu o redesenho das relações entre cultura e classes sociais, através da abertura para o entendimento do âmbito pessoal como político, da expansão da noção de poder.

Alcançando considerações sobre estes estudos às investigações no campo da Geografia, apontam-se reorientações que esta “virada” pode trazê-lo como, por exemplo, de que padrões estético-literários de geografia ou de lugar, passem a ser visto apenas como *uma* expressão sócio-cultural de geografia ou de lugar. Assim como ter alargado o conceito de cultura, incluindo as práticas e sentidos do cotidiano, reforçá-lo e aprofundá-lo na Geografia, por sua vez, propicia uma segunda mudança importante: todo contexto sócio-espacial deve ser visto em relação às expressões culturais, simbólicas, às instituições, às relações de poder e à história.

Com isso desenvolvemos idéia de que a razão simbólica, parte do processo de constituição do *lugar*, desnaturaliza seu significado de localismo e revela sua dimensão cultural. Dimensão na qual o imaginário coletivo define a concepção social de lugar e traduz transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em cultura.

Hall (2003) nos leva a pensar, então, sobre os impactos da tensão entre o global e o local na transformação das *identidades*. A partir do que expõe, podemos idear que o *lugar* não pode mais ser pensado como um espaço bem delimitado ou de controle político-administrativo, como uma rua, um bairro ou uma cidade, que reserve tradições puras e onde perdura uma lógica histórica que se explique por si mesma ou onde a história da sua formação espacial coincide com a história individual de todos sujeitos ou comunidades que ali vivem. Não dá mais para se referir aos lugares como aquilo que conserva identidades purificadas, cujas lógicas de pertencimento, de representação, de desenvolvimento de conhecimentos e práticas de seus sujeitos, provêm de ordens e lógicas estruturadas, aproximadas espacialmente, totalmente conhecidas e controladas.

Em período de globalização, áreas diferentes do Brasil e da Terra são postas em interconexão umas com as outras, através de processos que “integram e conectam comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2003, p. 67).

Faz parte, portanto, do nosso processo de alargamento da idéia de *lugar*, ponderar que o espaço e o tempo, em suas dimensões tanto materiais como simbólicas, são as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação, pois todo meio de representação – escrita, pintura, desenho, fotografia, sistemas corporais, orais, gestuais – traduz seu objeto em dimensões espaciais e temporais.

As novas dimensões do lugar trazem transformações que vêm “deslocando” as referências culturais de classe, de gênero, sexualidade, de núcleo familiar, de etnia, raça, nacionalidade (que no passado nos tinham fornecido “sólidas localizações como indivíduos sociais”), implicando hoje que as identidades sejam deslocadas para uma pluralidade de centros de referência. Transformações que vêm mudando também nossas próprias identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós mesmos como sujeitos integrados, por isso as identidades estão localizadas também em espaços e tempos simbólicos.

Assim, nos atrevemos a dizer que os limites georeferenciados dos lugares existem até certo ponto, visto que suas redes de relações estendem-se para além destes limites, as quais são dadas, sobretudo, por representações simbólicas que conectam os sujeitos e seus espaços e memórias mais próximas a espaços e eventos históricos mais amplos e diversos.

A intensidade dos fenômenos sociais, como o migratório, junto às novas tecnologias da informação e comunicação traz, cada vez mais, para os lugares a diversidade, a mistura, as descontinuidades históricas, os novos elementos participantes na constituição dos lugares.

Ao invés de pensar o global “substituindo” e homogeneizando o local ou pensar no “fechamento” de uma identidade tradicional local ou regional frente à diversidade, concorda-se aqui com a mistura, com os cruzamentos na formação das identidades sócio-espaciais, vendo o hibridismo como uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, novas identidades mais plural, mais coletiva e social (HALL, 2003).

Assim, tendo apreendido com os estudos culturais a celebrar a diversidade na formação das novas identidades sócio-espaciais, percebemos que misturar estes passos aos dados pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e pela educadora brasileira Inês Barbosa de Oliveira, pode nos proporcionar diferentes compreensões dos “espaços-tempos cotidianos”, o nos leva a tentar compreender o poderíamos fazer, ser ou viver, e medir com isso o caminho que dai nos separa.

As práticas cotidianas são desenvolvidas em espaços, circunstâncias, ocasiões, que definem modos de usar as coisas e/ou palavras. No nosso fazer, o conteúdo (“o que”) pode ser sempre o mesmo e se dar como uma repetição rotineira das coisas, o que indica a historicidade social dos sistemas de representações. Este “o que” pode ser medido, quantificado, regulamentado e até controlado, mas as formas (o “como”) são múltiplas e varia de modo mais ou menos anárquico, caracterizando uma impossibilidade de análise quantitativa ou de controle normativo sobre os modos de fazer. Portanto, por estas aproximações de Oliveira (2003), aprendemos que “o cotidiano é o conjunto de atividades que desenvolvemos no nosso dia-a-dia, tanto do que nelas é permanência (o seu conteúdo) quanto do que nelas é singular (as suas formas)”.

Vários exemplos podem ser encontrados se recuperarmos aspectos singulares e qualitativos de práticas repetidas com um mesmo conteúdo. Na prática docente, por exemplo, o uso de um determinado livro didático, com diferentes turmas de alunos ou ainda que com a mesma, mas em distintos tempos, pode evidenciar que em cada aula o livro é, repetitivamente, a base de assuntos que, ao mesmo tempo, é utilizado de formas diferentes pelos professores e alunos.

Com isso, nos damos conta de que, na forma de fazer cada atividade, nunca há repetição, ou seja, o conteúdo pode ser sempre o mesmo, mas a forma é sempre inusitada e múltipla. Isto mostra que preocupações potencializadoras do lugar e de seus sujeitos estão centradas no *cotidiano*. Como acusa Inês de Oliveira (2003, p. 48-49):

Existe, fora daquilo que à “ciência” é permitido organizar e definir em função de estruturas e permanências, uma vida cotidiana, com operações, atos e usos práticos, de objetos, regras e linguagens, historicamente constituídos e reconstituídos de acordo e em função de situações, de conjunturas plurais e móveis. [No entanto,] pela modernidade ter optado por privilegiar os elementos controláveis e quantificáveis da realidade, criou-se a idéia de que os demais dados não eram relevantes.

Se concordarmos que todas as atividades que desempenhamos em nossas vidas são aprendidas (instintiva ou mecanicamente), isso significa que as múltiplas formas através das quais as desenvolvemos são resultados de aprendizagens e das manifestações daí decorrentes, sempre múltiplas; e ainda, se acreditarmos que nossos processos de aprendizagem são permanentes e jamais completos, teremos que aceitar que nossas formas de agir cotidianamente, que deles derivam, são sempre provisórias e, portanto, dinâmicas. Oliveira (2003, p. 51-53) traça este caminho de pensamento para colocar que tecendo-se em redes de saberes e fazeres imprevisíveis, as aprendizagens que servem de base aos conteúdos e às formas através das quais nossas ações cotidianas são desenvolvidas têm também como característica a imprevisibilidade e a permanente mutação, sob influência de fatores mais ou menos aleatórios.

Se a isso acrescentarmos as referências *espaciais*, reforçamos tanto as particularidades dos lugares onde nossas ações cotidianas se desenvolvem, delimitadas pelos “acon-

tecimentos solidários”, tal como apresentado por Milton Santos (1997), como reforçamos suas relações com outros espaços-tempos e suas crescentes formas de interação com o mundo. Talvez assim possamos pensar o *lugar* além de social e georeferenciado, pensá-lo como “espaços-tempos cotidianos”. Isso nos ajuda a lançar mão, de uma perspectiva epistemológica que enxerga no cotidiano suas características fundamentais de multiplicidade, provisoriade, dinamismo e imprevisibilidade.

Tal perspectiva ajuda na compreensão da lógica do desenvolvimento das ações e conhecimentos de todos nós sobre e nos espaços cotidianos, pois delas precedem as teorizações que vão transformar as práticas primeiras, o que significa promover a “horizontalização das relações entre os diversos saberes”, a partir do momento em que reconhecemos em todos “incompletudes e potencialidades”. Ou seja,

o cotidiano é o espaço-tempo no qual e através do qual, além de forjarmos nossas identidades e tecermos nossas redes de subjetividades, em função dos múltiplos conhecimentos, valores e experiências com os quais convivemos nele, tornamo-nos produtores de conhecimentos, mesmo dos chamados conhecimentos científicos (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Há um enredamento entre espaços e contextos múltiplos nos quais nos inserimos e que formam e constituem, segundo Boaventura Santos (2005), a “rede de subjetividades que cada um de nós é”, que se torna mais visível quando nos aproximamos dos modos como a articulação entre os diversos se dá, o que facilita com que os fazeres e saberes cotidianos sejam incorporados.

Para avançar sobre o papel do *lugar* nas articulações entre os espaços, escolhemos trabalhar sobre a metáfora da “Cartografia Simbólica” desenvolvida por Boaventura Santos (1995) e potencializada por Inês Barbosa de Oliveira (2003).

Boaventura Santos (1995, p. 198) entende os mapas como “modos de imaginar e representar o espaço”, ou seja, como “distorções reguladas da realidade”, distorções organizadas de territórios que “criam ilusões credíveis de correspondência”, cujo objetivo é localizar e instituir orientação. Estas distorções são reguladas por operações e mecanismos determinados e determináveis, obedecendo a procedimentos que não são arbitrários. As escalas, assim como a projeção e simbolização, são trazidas pelo autor como uma das formas pelas quais os mapas distorcem a realidade, implicando “uma decisão sobre o grau de pormenorização da representação”.

Os mapas de pequena escala representam com pouco detalhamento uma área maior que as áreas selecionadas nos mapas de grande escala, que mostram mais detalhes. Em contrapartida, na leitura de “mapas de pequenas escalas”, conseguimos captar, em grandes linhas, a lógica geral do espaço, as características amplas do seu funcionamento, suas estruturas de poder, seus mecanismos de dominação interculturais e internacionais. A visibilidade objetiva proporcionada pelos olhares em pequena escala ajuda num reconhecimento mais totalizante do território, uma vez que o excesso de informações massificadas da cidade nos faz perder a capacidade de ver e compreender as geografias dos lugares.

Mas, por falta de acesso aos “detalhes”, se não “descemos” às grandes escalas, somos incapazes de perceber como se manifestam, nos diferentes espaços sociais, tanto estes processos de organização quanto as “iniciativas pontuais de transgressão que se desenvolvem em seus interiores”, os modos de fazer e de viver desenvolvidos nos espaços cotidianos; levando-nos a crer, portanto, que o cotidiano é “um mapa de grande escala na qual a vida se desenvolve” (OLIVEIRA, 2003, p. 58).

Desse modo, a pequena e a grande escala se complementam como formas de compreensão do mundo social, permitindo, cada uma, a percepção de alguns aspectos e trazendo, com isso, a ocultação de outros: partindo das práticas, diz a autora, delas se extrai o

que é comum, único meio de formular as generalizações necessárias ao “desenho” dos mapas de pequena escala.

Outros mecanismos de produção/representação/distorção dos mapas são a projeção e o simbolismo. Cada tipo de projeção cria um campo de representação segundo regras conhecidas e precisas, o que representa sempre um compromisso, já que a decisão é, além de técnica, ideológica.

Os sistemas de sinais (simbolismo) variam segundo o contexto do produtor do mapa ou segundo os usos específicos e temáticos a que o mapa se destina. Boaventura Santos (2005, p. 205) lembra que os estudos da semiótica distinguem os sinais icônicos dos convencionais. Os sinais icônicos são sinais naturalísticos que estabelecem uma relação de semelhança com a realidade. Por exemplo, um conjunto de árvores para designar a floresta, o que tem a ver com as “relações espaciais topológicas elementares” que falam Rosângela Doin de Almeida e Elza Passini (2000). Os sinais convencionais são mais arbitrários. As convenções, como usar linhas para designar estradas e fronteiras e círculos para cidades, como apontado pelas autoras, exigem um exercício de decodificação, “ligando o significativo e o significado para melhor compreensão da legenda e toda a simbologia dos mapas”.

Podendo ser “mais figurativos ou mais abstratos”, assentar em sinais mais expressivos ou mais cognitivos, é possível variar a produção dos mapas segundo as singularidades e particularidades *de quem* representa, *do que* é representado e *das múltiplas circunstâncias* em que é representado.

Buscar as existências reais destas particularidades é um desafio que exige abdicar da posição que ocupamos nos estudos em “pequenas escalas”, a do “olho que tudo vê” e, ciente dos compromissos correspondentes à perspectiva (projeção) escolhida, mergulhar naquilo que é pequeno demais para ser visto de longe ou que é particular demais para ser classificado dentro das concepções modelares (simbolizações/representações convencionais). Ou seja, olhar o mapa como algo passível de ser feito e desfeito, desmontado e (re)produzido, (re)apresentado de acordo com o exigido por aquelas particularidades.

Só assim podemos entender o cotidiano: “para além das estruturas sociais dos condicionantes que elas criam, é preciso conhecer-lhe as especificidades singulares, para, compreendendo-as, intervir”. Contudo, é preciso não adotar a leitura do cotidiano “nem como uma possibilidade nem como uma vontade de autonomizá-lo, negligenciando-lhe os elementos intervenientes que se situam na dimensão macro da pequena escala, ou na dimensão intermediária da média escala” (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Assim, os espaços cotidianos só podem ser entendidos - e sua dinâmica captada - quando enredados nas relações que sua realidade micro mantém com as realidades intermediárias e com as grandes estruturas sociais, uma vez que o cotidiano, como aponta esta autora, é o espaço no qual se realizam as “articulações entre as macroestruturas sociais e os fazeres, relativamente autônomos e adequados às circunstâncias, dos sujeitos sociais reais”.

Nestas articulações tecemos nossas identidades, “enraizando-as” nas inserções em nossas culturas de origem e nas nossas mais amplas condições de existência, situadas nas grandes linhas da pequena escala. Para a autora, nossa identidade individual e social e seu dinamismo é explicada pela “equação entre raízes e opções”. Os condicionantes definidos na lógica do mundo estruturado e traduzidos como sistemas sociais são identificados com as “raízes” que nos conferem uma identidade, que é única, mas também que é social, histórica, cultural e estruturalmente definida. As raízes vão juntar-se as “opções” possíveis através de nossa ação sobre o cotidiano, sobre as circunstâncias da vida de todos os dias na qual estamos mergulhados e no seio da qual desfrutamos de uma relativa autonomia em relação às raízes que nos condicionam.

Portanto, esta “equação” fundada no reconhecimento das articulações entre as escalas, fica mais clara com a afirmação de Boaventura Santos (1995, p. 202) de que “mudar de escala implica mudar o fenômeno”.

É nesse sentido que o cotidiano é o lugar privilegiado da realização das “opções circunscritas pelas possibilidades de remoção das raízes”:

Essa permanente articulação entre raízes e opções não é igualmente distribuída. (...) Em termos de raízes e opções, podemos traduzir essa idéia afirmando que nenhuma raiz é tão forte que não possa ser removida e que nenhuma opção é feita fora dos constrangimentos das raízes que as sustentam (OLIVEIRA, 2003, p. 66).

Sabendo dos riscos das definições que encerram, pela linguagem, as potencialidades dos sujeitos e dos espaços, mas visando um alargamento do que podemos pensar como *lugar*, ousamos apresentar que entendemos que ele diz respeito a *espaços-tempos cotidianos*, em permanente e dinâmica articulação com outros espaços-tempos, onde e sobre os quais tecemos conhecimentos e práticas sociais.

Talvez tenhamos caminhado neste sentido, buscando compreender o porquê das situações e eventos cotidianos, dos saberes e das práticas neles fundados e desenvolvidos, vêm sendo alvo de críticas genéricas e generalizantes que desqualificam ou capturam e descartam as origens de tudo o que neles existem. Acreditamos que isto é resultante de teorizações circunscritas à pequena escala ou de autoridades normatizadoras que desenharam sistemas sociais, políticos, econômicos, culturais macro-estruturais em função das raízes normativas das regularidades sociais sem levar em consideração as inúmeras opções que as práticas cotidianas realizam. Isso traz conseqüências marcantes para um campo de conhecimento – o geográfico – que tem seu sentido emancipador e democratizante nas articulações das redes de relações sócio-espaciais meso e macro estruturais e os conhecimentos e as práticas tecidas nos espaços-tempos cotidianos dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O espaço geográfico: ensino e representação**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- ARROYO, Mônica. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar, cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisitada**. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imesp, 2001. p. 55-62.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 117-140.
- DAMIANI, Amélia. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani A. (org). **Novos caminhos da geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 161-172.
- FERRARA, Lucrecia d'Alessio. Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.) **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 65-119.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, n. 2. Jul/dez 1997, p. 15-46.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, 1999. p. 67-78.

- LA BLACHE, Vidal de. As características próprias da geografia. In: CHRISTOFOLLETTI, Antônio. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- LE BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia Cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 157-179.
- LEITE, Adriana Filgueira. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**. Rio de Janeiro. v. 21, p. 9-20. 1998.
- LE SANN, Janine Gisèle. A noção de escala em cartografia. **Revista Geografia e Ensino**. Belo Horizonte, ano 2, n. 1, 1984, p. 56-66.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículos praticados: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Lugares dos saberes: diálogos abertos. In: BRANDÃO, M. A. (Org.) **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 39-49.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-99. 1977.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26. 1999.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz Cruz. (Org.) **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.
- SAUER, Carl Ortwin. The morphology of landscape. In: LEIGHLY, J. (Org.) **Land and life**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1988. p. 315-350.
- SILVEIRA, Maria Laura. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.) **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Ed. Territorial, 2003. p. 408-416.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: A perspectiva da experiência**. (Tradução de Livia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1983.

Recebido em abril de 2006
Revisado em junho de 2006
Aceito em março de 2007